

Exclusivo

GUERRA NA UCRÂNIA

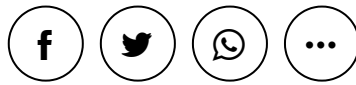
# Twitter limitou divulgação de publicações do governo russo: será que a liberdade na Internet nunca mais vai voltar a ser a mesma?



Foto: Getty Images

Na UE, prepara-se um regulamento que prevê a retirada expedita de conteúdos de ódio e de desinformação das redes sociais - mas em Portugal uma lei similar acabou por ser encaminhada para o Tribunal Constitucional. O que é a verdade? E será que o inimigo tem direito a dizer a verdade? E se a rede social for tutelada por uma ditadura, o que acontece? Todas as estas questões ganharam novos contornos

com a Guerra na Ucrânia - e poderão não ficar sanadas  
quando chegar a paz



12 ABRIL 2022 7:16



Hugo Séneca

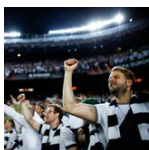
## ÚLTIMAS



**Ministério Público recebe denúncia de situação de escravatura de 200 moldavos**



**O filho mais velho de Caetano Veloso, Moreno Veloso, foi o convidado surpresa do concerto de Rodrigo Amarante em Lisboa**



**Houve 30 mil adeptos do Eintracht em Camp Nou, mas o presidente do Barça diz que não foram vendidos bilhetes aos alemães através do clube**



**Combustíveis: CEO da Galp garante que não são os refinadores nem os retalhistas quem mais está a ganhar**

**S**oberania de estado ou regras da rede social, o que se sobrepõe? A empresa que gere o Twitter trabalhou a questão até tomar a decisão final na semana passada: de ora em diante, a rede social mais usada para o debate político vai impedir a “amplificação” de publicações de contas oficiais de

governos que não respeitam a liberdade de expressão ou que estão em guerra. O governo russo foi o primeiro a ser visado pela decisão. A medida não interdita nem impede publicações do Kremlin, mas limita a divulgação através de pesquisas ou republicações dos internautas. “É o princípio do fim da Internet como a conhecemos”, antevê Gustavo Cardoso, professor de Ciências da Comunicação do ISCTE e investigador do Media Lab.

Nos anos 1960, a Internet tinha apenas por aspiração criar uma nova forma de comunicar. E do mesmo modo que não gerou logo ferramentas de cibersegurança que inspecionam pacotes de dados para procurar códigos maliciosos, começou por pautar-se pela liberdade de expressão – mesmo quando usada de forma abusiva, por governos que decidiram invadir o país vizinho, como acontece com o da Rússia.

Nos anos 1990, muitos dos sites e plataformas que operavam na Internet diziam, nos termos e condições de uso, que qualquer conflito em que fossem envolvidos teria de ser dirimido nos tribunais da Califórnia ou de qualquer outro estado dos EUA. Nos dias que correm, nenhum gestor de plataformas na Internet ousa invocar essa prerrogativa. As redes sociais alcançaram a globalização desejada pelos pais da Internet, possivelmente quando ainda se cruzavam nas ruas com hippies em protesto contra a guerra do Vietname. Mas, pelo meio, houve que encontrar forma de garantir um tom desejavelmente neutro para todas as latitudes. Até porque as plataformas fazem dinheiro com a venda de publicidade.

“A nível publicitário, o fim da amplificação de publicações do Governo russo beneficia a própria plataforma do Twitter. Nenhuma marca quer inserir um anúncio entre duas frases de ódio de um governo agressor”, explica Roberto Gomes, diretor executivo da Brinfer, consultora especializada em redes sociais.

O lucro sempre serviu de motor de boa parte das atividades humanas, mas será que chega para suplantar o cuidado que sempre houve para com as publicações de um estado soberano – mesmo estando em guerra?

“Não estamos em guerra diretamente, mas estamos em guerra através de outras pessoas (apoando a Ucrânia). Nas guerras não há propriamente liberdade de expressão, e há matérias que não podem ser discutidas em público para não estarmos a dar informação estratégica aos inimigos”, refere Gustavo Cardoso, sem deixar de apontar para os resultados que esta tendência pode ter no futuro. “E se os portugueses passarem a ser vistos como bárbaros porque ainda há pessoas que fazem a matança do porco? Será que é lícito que o governo português passe a ser penalizado por uma qualquer rede social”, pergunta o investigador do ISCTE.



Miguel Tiago, dirigente comunista, considera que as plataformas não devem discriminar as mensagens consoante quem as publica

A questão tende a tornar-se mais complexa se for a rede social que adota uma lógica de ódio. “Se houver uma rede social nazi que divulga conteúdos racistas, tem de ser encerrada à luz da atual lei portuguesa”, responde José Magalhães, ex-deputado socialista e um dos principais promotores da [Carta de Direitos Fundamentais na Era Digital](#), que haveria de ser envolvida em polémica por contemplar mecanismos de regulação e eliminação de conteúdos de ódio e desinformação na Internet.

Devido aos alertas levantados no Parlamento, já depois de o diploma ser aprovado até com votos a favor e abstenções de bancadas que depois o criticaram, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa solicitou ao Tribunal Constitucional a fiscalização do artigo 6.º da Carta, que contempla a criação de organismos de verificação de conteúdos e permite que a população apresente queixa à Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC) sobre conteúdos suspeitos de não respeitarem a lei nacional.

“[Quando se trata de limitar a liberdade] A Carta fica a milhas de distância desta medida do Twitter, porque permite aos cidadãos apresentarem queixa na ERC [quanto a tomadas de posição das redes sociais]”, acrescenta José Magalhães. “O que aconteceu é que, face à desinformação detetada, o Twitter decidiu limitar a divulgação das mensagens do Governo russo. É uma decisão totalmente legítima por parte do Twitter. Existem condições de serviço que as pessoas podem ler antes de usar. Se não concordarem com essas condições, as pessoas são livres de não usar o serviço”, refere José Magalhães.

## **INIMIGOS EM SILÊNCIO**

Quem são os maus, afinal? Em Moscovo é bem provável que haja uma opinião diferente da que é comunicada a partir de Kiev – mas, num mundo ideal, plataformas como a Twitter deveriam aplicar regras e mecanismos válidos para os dois lados de uma guerra? E é possível, ao mesmo tempo, garantir o respeito pela factualidade?

---



José Magalhães, ex-deputado do PS, defende a legitimidade do Twitter para limitar a divulgação de publicações do governo russo

Miguel Tiago, ex-deputado e atual dirigente comunista, admite que as redes sociais e plataformas da Internet até poderão beneficiar do facto de serem entidades privadas para bloquearem, por livre iniciativa, conteúdos considerados nocivos, mas recorda que essas decisões são tomadas sem o devido escrutínio democrático.

“Idealmente, as redes sociais não poderiam discriminar mensagens em função de quem é o emissor, até porque isso cria uma tremenda discricionariiedade. Por exemplo, os EUA são o estado com mais agressões a outros povos na História Contemporânea e, no entanto, não só não são censurados como praticamente são quem decide quem é ou não censurado”, considera. “É imoral colocar a decisão do que se pode ou não pode ler no distribuidor da mensagem, em vez do mensageiro”, acrescenta.

Do lado oposto do hemiciclo, a opinião é similar – e surge pela voz de André Ventura, presidente do Chega e, possivelmente, o português mais conhecido que foi suspenso no Twitter devido ao conteúdo das mensagens que divulga. “Consideramos que o Twitter não deve ser um instrumento de censura porque deixa de cumprir a sua função e passa a ser uma ferramenta do poder instalado”, defende André Ventura.

Apesar de alegar risco de censura, André Ventura admite que as limitações aplicadas pelo Twitter ao Governo russo se justificam. “Porém, é sempre necessário evitar que se torne num instrumento de censura”, reitera.



EPA/ARMENIO BELO Epa/Armenio Belo

O Twitter conseguiu introduzir a regra que limita a participação de governos que não respeitam a liberdade de expressão e desencadeiam guerras – mas resta saber como fará com outros governos que, infelizmente, cumprem estes dois requisitos que serviram para impedir a divulgação de mensagens da cúpula política russa.

Entre juristas e especialistas no Direito comunitário, há quem admita que plataformas como o Twitter possam não ter muito maior margem de manobra para tomar este tipo de decisões na UE. Até porque a legislação comunitária atual apenas permite que plataformas como o Twitter bloqueiem conteúdos em permanência, após ordem das autoridades europeias, como sucedeu com o canal Russia Today, recorda Luís Neto Galvão, da SRS Advogados.

Antes disso, a responsabilidade legal das plataformas já havia sido reforçada por um Acórdão do Tribunal de Justiça da UE com base num caso iniciado na Estónia, que pretendia retirar de caixas de comentários de internautas informação considerada falsa. “Fora deste contexto das sanções, só é lícito restringir caso a caso, mas não banir indiscriminadamente”, acrescenta o advogado, que trabalha na área das tecnologias.

A Diretiva do Comércio Eletrónico, que ainda está em vigor, segue o princípio de não responsabilizar as plataformas pelos conteúdos publicados pelos utilizadores. Essa lógica permitiu não só respeitar a liberdade de expressão, como também facilitava o lançamento de novas plataformas. “Mas isso foi antes de Trump e do Brexit”, recorda Luís Neto Galvão.

---





Frances Haugen, denunciante do Facebook, inaugurou a Web Summit de 2021 José Fernandes

Com a eleição de Donald Trump para a Casa Branca e o referendo que ditou a saída do Reino Unido da UE, muitos dos responsáveis políticos do Ocidente compreenderam o poder de campanhas políticas como as produzidas pela consultora Cambridge Analytica: as democracias poderiam sofrer uma derrocada similar à que foi desencadeada pelas Primaveras Árabes na Líbia, Tunísia, Egito e Síria. Depois destes primeiros casos paradigmáticos, surgiram as revelações de Frances Haugen, ex-funcionária do Facebook, sobre as alegadas más práticas da rede social quando se tratava de travar discursos de ódio em diferentes idiomas, religiões ou etnias e raças. Daí ao paradoxo de limitar a publicação de conteúdos a bem da salvaguarda da democracia foi apenas um passo.

“Nos últimos anos, criou-se a nível europeu um caldo de cultura muito favorável ao reforço das restrições à liberdade de expressão em defesa da democracia. É assim que a Comissão Europeia decide propor a revogação da Diretiva do Comércio Eletrónico e substituí-la pelo Ato dos Serviços Digitais. Será um regulamento que instituirá obrigações às plataformas de controlo e a remoção

de conteúdos ilegais. E que privilegia o aparecimento de serviços que apoiem a rápida determinação do carácter ilegal dos conteúdos”, descreve Luís Neto Galvão.

O novo pacote legislativo ainda terá de concluir a reta final de negociações até garantir a assinatura final no Parlamento Europeu e “ser executado”, nos dois anos que se seguem, pelos 27 estados membros. Nessa altura, é possível que o conceito de Espaço Schengen Digital passe a coabitar como réplica imaterial do Espaço Schengen, que garante hoje a livre circulação entre a maioria dos países da UE.

No caso de a UE retomar a ideia, então Paulo Moniz, deputado do PSD e um dos representantes da Assembleia da República para o Grupo de Trabalho para a Transição Digital, terá ganho uma razão acrescida por ver seguir em frente uma ideia que defende. “Este espaço digital terá de ser criado com base em regras elementares comuns, mas sem afetar a mensagem política e mantendo a liberdade de expressão e a difusão de conteúdos, desde que respeitem a autenticidade ou os direitos humanos. Ora, o discurso de ódio não respeita os direitos humanos e, por isso, pode cumprir os requisitos para vir a ser bloqueado”, sublinha Paulo Moniz.

Rússia, China e Irão são os casos mais conhecidos de países que ativamente têm procurado meios de filtrar conteúdos que vêm da Internet – quando não estudam formas de se desconectarem do resto do mundo. Apesar de terem conseguido obrigar algumas das gigantes das tecnologias a cooperarem nos mercados locais, estes três governos pouco ou nada podem fazer quando querem limitar as mensagens que passam nas maiores plataformas da Internet (quase todas americanas) fora das respetivas fronteiras.

“Como é que fica a soberania de um país numa plataforma alheia? O Putin e os amigos oligarcas que criem as suas

plataformas. O Trump fez o mesmo... com pouco ou nenhum sucesso”, defende José Magalhães.

A relação de Donald Trump com as redes sociais tende a tornar-se um caso de estudo: depois das acusações de apoio por parte da Rússia e da suspeita de ter beneficiado de campanhas virais de legalidade duvidosa para ser eleito Presidente dos EUA, o empresário viria a protagonizar uma relação tumultuosa com quase todos os opositores políticos que lhe surgiram à frente da conta de rede social – até ser expulso do Twitter e do Facebook.



Donald Trump, ex-presidente dos EUA, criou a plataforma Truth Social depois de ser suspenso no Twitter e no Facebook

“Durante os três primeiros anos de presidência, Donald Trump publicou à vontade o que quis, mas, no último, as redes sociais já colocavam alertas a dizer que a informação publicada precisava de ser validada [por fontes de informação externas e credíveis]”, lembra Roberto Gomes.

## **REDES POUCO SOCIAIS**

A Truth Social pode respeitar todos os caprichos do patrão Donald Trump e ajudar a cristalizar uma base de apoiantes indefetíveis, mas dificilmente tem o mesmo peso mediático de Twitter ou Facebook – precisamente, porque segue apenas os ditames de um grupo social e político, em vez de chegar a todos os grupos sociais e políticos.

Houve relatos de cidadãos americanos hospitalizados depois de o Presidente Trump admitir como possível o uso de detergente como proteção contra a covid-19, mas Gustavo Cardoso lembra que o problema não se limita à suposta credulidade das multidões. “Os estudos revelam que as ações de desinformação russa tiveram pouco impacto na Ucrânia, precisamente porque, já antes dessas ações, os ucranianos tinham uma opinião sobre uma possível integração na Rússia e lembravam-se da URSS”, explica Gustavo Cardoso.



O investigador do Media Lab tem dúvidas de que as decisões que limitam a exposição às opiniões russas realmente produzam o efeito desejado ou tenham realmente base científica. O que

reforça a ideia de confronto e rejeição e pode gerar o efeito contrário na opinião pública.

“As pessoas não são assim tão ingênuas. Mais do que a desinformação, é o sentimento de injustiça que realmente as leva a tomar posição”, considera Gustavo Cardoso.

O especialista em Ciências da Comunicação admite que algo possa ter de mudar face à tomada de medidas consoante a conjuntura ou os gestores de cada uma das plataformas. Ninguém vota para a presidência do Twitter, nem decide as regras que tem de seguir – mas de algum modo há o receio de que uma qualquer plataforma, depois de aberta esta via de supressão de conteúdos nocivos, venha a condicionar o que se pode ou não fazer em diferentes países.

“Nada há de errado em censurar um inimigo. A questão é se essa censura deixa sementes para sermos nós os censurados depois de a guerra acabar”, acrescenta Gustavo Cardoso.

Ninguém sabe até quando durará a guerra na Ucrânia, mas Roberto Gomes lembra um outro desafio que os governos europeus terão de enfrentar nos próximos tempos: “A TikTok é a plataforma mais usada pelos adolescentes da atualidade. Trata-se de uma plataforma chinesa. Resta saber o que é que o Governo chinês pensa de todas estas questões”.

Seguramente que não faltará quem preste a devida atenção quando chegar o momento.

